

O Paraná, até o final do Governo José Richa, terá 200 mil propriedades rurais eletrificadas; algumas diretrizes da COPEL são em defesa dos interesses paranaenses e do próprio País, como por exemplo a utilização de 87% dos materiais e equipamentos aplicados em suas obras, adquiridos junto a fabricantes nacionais, enquanto que 90% das obras de eletrificação rural estão contratadas com empreiteiras paranaenses, significando a preocupação em utilizar mão-de-obra dos trabalhadores do próprio Estado.

Esta é uma defesa nacionalista que o País precisa adotar para sairmos dessa situação difícil em que nos encontramos, e também uma defesa dos interesses sociais da gente que trabalha no Paraná. O fato de criarmos nossos conselhos de consumidores demonstra que a COPEL é uma empresa do povo paranaense, voltada para o atendimento às necessidades do consumidor, pois ele é a razão da sua existência. O Paraná é hoje o maior Estado produtor de energia elétrica do País; por isso pedimos pelo meu Estado: O Paraná quer tarifa justa para a energia que produz, em troca das terras férteis inundadas.

O SR. DJALMA BESSA (PDS — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, com a recente desestabilização do comércio da cebola cultivada na região do rio São Francisco, devido basicamente a uma superoferta do produto e conseqüente queda vertiginosa dos preços, esse setor da agricultura brasileira mergulha em nova crise, que deverá prolongar-se até que sejam adotadas pelo Governo as medidas convenientes.

O desequilíbrio verificado entre a oferta e a procura do produto fez com que os preços da cebola caíssem abaixo do custo de produção, sendo que, em certos casos, os produtores preferiram deixá-lo apodrecer nas roças, já que o preço de venda era inferior até mesmo ao custo da atividade da colheita.

Também abandonaram suas plantações os produtores localizados à margem do Lago Sobradinho, já que a queda de nível da cota do espelho d'água acarretou dificuldades para a irrigação da lavoura.

O quadro é, portanto, caótico, e as perspectivas são de que, caso não haja modificações, os novos plantios para 1985 sejam reduzidos pelo desestímulo. Com o intuito de evitar novas catástrofes no setor, os próprios agricultores buscam uma solução definitiva para o problema. Desta forma, recentemente encaminharam ao Sr. Ministro da Agricultura, Nestor Jost, através de seu Secretário-Geral, Leônidas Maia Albuquerque, uma série de sugestões.

No documento, a Associação dos Produtores de Cebola do Médio São Francisco — APROCESF, em nome dos produtores do submédio São Francisco, solicita a prorrogação dos financiamentos vencíveis a partir de julho, mês em que se frustrou a comercialização do produto, com prazo de carência de um ano.

Outra reivindicação imediata é a liberação de novos recursos para cultivo de feijão, algodão, tomate, melão e plantas permanentes, e uma solicitação ao Banco Central para que os bancos que emprestam a juros superiores às taxas oficialmente autorizadas corrijam o erro, devolvendo aos mutuários o excedente cobrado. Além dessa denúncia de desrespeito às diretrizes do Banco Central com relação a juros, os produtores revelam outra, qual seja, a de que a assistência técnica ao produtor, que custa uma taxa de 2% na ocasião do financiamento, não se realiza. Ocorre apenas uma visita do técnico ao campo por ocasião dos pedidos de liberação de parcelas, sem um efetivo acompanhamento da produção. Assim sendo, o produtor paga mas não recebe plena e efetiva assistência, razão por que solicitam a prestação do serviço através de convênio com a EMBRAPA, considerado o único órgão capaz de realizar a contento esse trabalho.

Verificou-se também que a taxa para atender à cobertura do PROAGRO, de 2,5%, incide sobre o valor finan-

ciado. Assim sendo, em caso de frustração da colheita não é possível recuperar os recursos aplicados fora do empréstimo. Por isso, os produtores reivindicam a incidência da taxa sobre o valor total orçado para as culturas.

Na qualidade de parlamentar, Vice-líder do PDS, estou presente à entrega do documento endereçado ao Ministro da Agricultura, no início deste mês, acompanhando um grupo de produtores de cebola, junto com outros deputados da região. Como tenho minhas raízes fixadas no município baiano de Xique-Xique, onde existe uma área de 524 hectares financiada para produção de cebola, tenho particular interesse pelo assunto, razão por que formulei desde logo um apelo às autoridades competentes para que solucionem o problema.

Confio, pois, na habilidade do Ministério da Agricultura em examinar rapidamente a questão, adotando as medidas necessárias e considerando as sugestões apresentadas por aqueles que são os maiores interessados na rápida recuperação desse setor da produção agrícola.

O SR. MÁRCIO MACEDO (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, amanhã comemora-se o trigésimo aniversário de falecimento do ex-Presidente Getúlio Vargas. Indiscutivelmente, Getúlio foi o estadista que escreveu as páginas mais expressivas da história deste País. Seus feitos se perenizaram, porque sempre tiveram o estigma do nacionalismo e a nítida preocupação com as classes trabalhadoras.

A criação da PETROBRÁS, bem como da Cia. Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, e a instituição de uma legislação social de proteção aos trabalhadores, são algumas das notáveis realizações de Getúlio Vargas.

No momento em que a Nação brasileira reverencia a memória de Getúlio Vargas, um fato se destaca, paralelamente. Trata-se da candidatura de Tancredo Neves para Presidente da República. Tancredo viveu intimamente alguns dos mais marcantes momentos da vida pública de Getúlio. Não somente emprestando a sua inestimável colaboração a um de seus mais dedicados e competentes auxiliares, mas, sobretudo, pela sua irrepreensível lealdade.

É natural que, ao nos lembrarmos de Getúlio Vargas, principalmente nos dias de hoje, lembremo-nos também de Tancredo. Getúlio, já falecido, com um imensurável cabedal de realizações que ajudaram a construir a grandeza deste País; Tancredo, intrépido, perseverante, na luta pelas conquistas democráticas, atendendo a um chamado da Nação, para pagar o tributo do seu valor pessoal, da sua credibilidade junto ao povo brasileiro, como o estuário das transformações e mudanças que representam o anseio de todos os segmentos da sociedade civil.

Aqui deixo, Sr. Presidente, meu renovado preito de saudade a Getúlio Vargas, que honrou e dignificou este País, ao mesmo tempo em que me conforta constatar que um de seus mais ilustres e fiéis seguidores, Tancredo Neves, está, de maneira inabalável, caminhando altaneiramente para assumir a chefia do mais alto posto desta República.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PLÍNIO MARTINS (PMDB — MS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, sensíveis à dificuldade, ao sofrimento e às desesperanças do ser humano que busca um imóvel para residir e produzir, o Estado de Mato Grosso do Sul e a Prefeitura Municipal de Campo Grande, através de seu Governador Wilson Martins e Prefeito Lúdio Coelho, assumiram atitudes dignas de análise, comentário e aplaudido apoio. O Estado mato-grossense do sul adquiriu gleba em região de boa terra e a entregará a pessoas que a faça

produtivas, a ponto de elevar o nível de vida dos seus ocupantes. Estes terão a posse do imóvel. O Poder Público os auxiliará, não paternalmente, mas animado de espírito incentivador, estimulador, visando à família se fortaleça e cresça como instituição. É intuito do Governo Estadual desapareça da paisagem social o quadro triste da fome e suas terríveis conseqüências. A Prefeitura, seguindo o passo da política estadual, foi ao problema, o fotografou e o avaliou. Medidas e atos convincentes de que a direção do município está sensatamente inclinada a dar solução ao favelado. O Prefeito de Campo Grande realmente tem sua conduta impelida ao rumo da defesa ao favelado, aquela pessoa fortalecida pelo desespero de não possuir uma casa onde viver e assim ferida haver tomado posse de um terreno não aproveitado, de propriedade do município, para nele construir o seu lar, abrigo dos que o acompanham ao marchar pelo mundo. O dirigente do município remeteu à Câmara dos Vereadores projeto visando a que fique o Executivo autorizado a promover a regularização e assentamento de favelas. Assim, em Mato Grosso do Sul, dois atos governamentais põem destacados os propósitos de dar solução a dois problemas de grande envergadura no campo social. O pobre tem sua vez no Mato Grosso do Sul e em Campo Grande. Viva a autoridade, decidida a levar alento e alegria aos expectadores de uma vida melhor.

O SR. WILSON VAZ (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos ouvido, nos últimos dias, muitos pronunciamentos dos ilustres Deputados do PDS, malufistas, dizendo que o então Governador Tancredo Neves perseguiu seus adversários políticos, em Minas Gerais. Queremos dizer a eles, contrariando seus companheiros de partido, que não fomos beneficiados por nada do PMDB, após 20 anos de espera da chamada virada que não virou nada em Minas Gerais. Podem ficar tranqüilos que Tancredo Neves vai dar-lhes oportunidade também, porque Minas Gerais não está sendo governada pelo PMDB, após 20 anos. Minas Gerais foi e continua sendo administrada pelo PDS. Vou votar em S. Ex^a, contrariado, porque não fomos beneficiados. A Bancada do PMDB aqui, de 27 Deputados, não foi beneficiada por Tancredo Neves. Lá, na Prefeitura de Belo Horizonte, foi colocado um do PDS; hoje, o atual Governador Hélio Garcia também é do PDS. A maioria dos seus secretários é do PDS. E agora vão fazer a chamada Aliança Renovadora, também vão dar duas ou três secretarias. Minas Gerais vai ter continuação administrativa do PDS. Quero dizer a eles que podem esperar que Tancredo Neves vai dar-lhes oportunidade também. Porque Tancredo Neves acha que nós, companheiros dele, temos obrigação de votar aqui no Colégio Eleitoral, direta ou indiretamente, e só se preocupa em prestigiar seus adversários. Queríamos realmente a virada que os nossos eleitores e nossos companheiros cobram. Mas não houve virada em Minas Gerais. Houve sim, prestígio aos nossos adversários políticos, e a maioria deles governa Minas Gerais. Quero dizer aos ilustres Deputados do PDS que podem ficar certos de que serão seus os ministérios, porque Tancredo Neves gosta de administrar com o PDS. Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO BIERRENBAACH (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, transcorreu ontem, dia 22 de agosto, o 5º aniversário da pífia anistia votada pelo Congresso Nacional. Depois de longa, penosa e sacrificada luta, iniciada em São Paulo pela garra de D^ª Therezinha Zerbini e de suas companheiras do Movimento Feminino pela Anistia, numa época em que a esperança era mínima e a descrença geral, a Anistia converteu-se na grande caudal, no denominador comum da Nação, à semelhança do que hoje ocorre com luta pelas diretas. Multiplicaram-se os

Comitês Brasileiros de Anistia, empolgou-se a sociedade civil, envolveram-se os sindicatos, clamaram os estudantes, enganjou-se o antigo MDB e, finalmente, como conquista do povo brasileiro, e não como dádiva dos poderes do momento, veio a lei, votada em 22 de agosto de 1979 pelo Congresso.

Pífia anistia, eu disse, pois os anseios da maioria esmagadora de nosso povo eram por uma anistia ampla, geral e irrestrita, que não veio. Milhares de brasileiros ainda não foram anistiados. Somente na Marinha, são mais de 6.000, entre marinheiros e fuzileiros navais, que em março de 1964 participaram da rebelião dos marinheiros, que ainda não receberam o benefício, que é uma conquista do povo brasileiro. No Exército e na Aeronáutica também há militares que foram expurgados e perseguidos por motivos políticos, e que agora caem no esquecimento. Há ainda pequenos funcionários públicos da PETROBRÁS, da Cia. Nacional de Álcalis, que não foram anistiados por terem sido punidos por atos administrativos, apesar do motivo das punições ser irrecusavelmente político.

Há no Rio de Janeiro duas entidades, uma denominada União dos Militares Não Anistiados e outra o Movimento Feminino para Anistia e Liberdade Democráticas, que mantêm erguida a bandeira dessa luta, pois não se conforma com uma anistia pela metade. É a essas entidades que dedico este pronunciamento, feito em nome de todos os brasileiros humilhados pela prepotência ao longo destes vinte anos; não obstante, prosseguirão na luta pela anistia, pelas diretas, pela soberania, pela democracia, até a vitória do povo.

O SR. ALCIDES LIMA (PDS — RR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupo a tribuna desta Casa para fazer registro da realização, nesta Capital, de 21 a 25 de agosto, do XII Congresso Brasileiro de Agências de Viagens.

E o faço, Sr. Presidente, porque o evento traduz um significativo marco econômico do turismo nacional, que, palmilhando degrau por degrau de organização, de prestação de eficientes serviços e de implantação de uma infra-estrutura própria no Brasil, vai e vem sendo reconhecida como a terceira força, até mesmo da economia mundial.

O turismo, Sr. Presidente, pelos múltiplos aspectos desenvolvimentistas que abrange, possibilita, além de outros fatores produtivos, a absorção de mão-de-obra, a desconcentração da renda interna, o incremento da geração de divisas a baixo custo de investimento, tudo isso dentro de um contexto de não exaurimento dos recursos naturais de cada país.

No Brasil de hoje, o turismo receptivo cresceu entre 1979 a 1983 a uma taxa de 40%, enquanto, em igual período, o turismo mundial se expandiu no máximo em 10%.

O turismo brasileiro, Sr. Presidente — está aí a imprensa especializada a divulgar — chega a ser um dos melhores negócios do Brasil com o Exterior, gerando uma captação de divisas de mais de 1 bilhão e meio de dólares anuais.

Por isso que, em Roraima, naquela região mais setentrional do Brasil, já se vislumbra, dentro do Plano de Ação 84/85 do Governo Territorial, o incremento desse fator produtivo, dessa fonte de divisas, em razão, principalmente, de sua localização geográfica, bem próximo ao mercado turístico das ilhas do Caribe, da América Central e do Sul dos Estados Unidos da América do Norte, sem contar, é claro, com os próprios recursos naturais, entre os quais se destaca a famosa Pedra Pintada.

A realização, pois, do XII Congresso Brasileiro de Agências de Viagens, onde por sinal e pela primeira vez Roraima participa com seu *stand* com tema também voltado para a pequena e média agência de turismo, integrante do conceito genérico da microempresa, certamen-

te se fortalecerá na medida em que essas mesmas agências passam a ter amplo estímulo dos Governos Federal, Estadual e Municipal, como agentes indispensáveis ao desenvolvimento do turismo brasileiro.

Estão de parabéns, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Associação Brasileira de Agências de Viagens (ABAV), que vem realizando e estimulando este auspicioso conclave.

De se ressaltar também o papel importante da Comissão de Esportes e Turismo da Câmara dos Deputados, que vem propiciando, além de amplo debate de temas relacionados com o turismo, e estimulando o processo legislativo para adequar a legislação à nova perspectiva desse fator de efeito multiplicador, quer na criação de empregos, quer na geração de novas riquezas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. TOBIAS ALVES (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste reinício das atividades parlamentares, não poderia jamais omitir-me do registro de fatos recentes que traduzem a esperança, a prosperidade e a restauração da credibilidade pública no Governo de meu Estado.

Pois, desde a sua posse, o Governador de um milhão de votos, na sua luta obstinada de reconstruir um Estado estraçalhado pela corrupção e desmandos administrativos, tem cotidianamente moralizado a coisa pública, construído obras de indiscutível relevância social, restaurado a credibilidade popular nos seus dirigentes, fazendo com que, povo e Governo caminhem juntos na construção de um futuro melhor.

Prova irrefutável dessa afirmação se traduz na realização do 2º Mutirão da Moradia, no dia 22 próximo passado, quando o Governo Iris Rezende juntamente com 68 Prefeitos goianos, de mãos dadas com todos os segmentos sociais, construíram em um só dia 3.031 casas destinadas às populações carentes e aos deserdados. E, brevemente, povo e governo construirão, em diversos municípios goianos, em apenas 30 dias, 1.000 salas de aulas.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Governador Iris Rezende, em pouco mais de um ano à frente do Governo de Goiás, saneou as finanças públicas e, num exemplo eloquente desse saneamento, mostrou recentemente, nas ruas de Goiânia, o desfile monumental de 300 máquinas, entre caminhões basculante, pás mecânicas e motoniveladoras, adquiridas com recursos do Estado, sem um centavo de financiamento, num custo total de 13 bilhões de cruzeiros, que serão utilizadas pelo CRISA-Consórcio Rodoviário Intermunicipal, na construção, manutenção e recuperação de estradas.

Aliás, esse mesmo Consórcio que o Governador Iris Rezende encontrou em sua posse, com pedido de falência prestes a ser decretado pela Justiça, com seu maquinário inservível e sem recursos sequer para adquirir combustível e peças de reposição.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não poderia deixar de registrar, desta tribuna, as mais recentes realizações do Governo de meu Estado, bem como não poderia deixar de apresentar os nossos aplausos ao Governador Iris Rezende aos 68 Prefeitos e ao povo goiano, que, numa demonstração de fé e coragem, mostraram ao Brasil, que, quando o povo e seus dirigentes acreditam em seus propósitos, são capazes de realizar quase o impossível, como foi o 2º Mutirão da Moradia e de outros que virão.

Finalizando, não poderia deixar também de cumprimentar o Governador Iris Rezende pela feliz escolha dos ex-parlamentares Luiz Souyer e Antônio Magalhães, para as Secretarias do Interior e Justiça e do Governo do Estado de Goiás. Pois a posse dos dois auxiliares e os seus remanejamentos, por suas inegáveis e fecundas vivências políticas, significa que o Governador de meu Estado assume cada vez mais o caráter político e progressista de seu Governo, valorizando a classe política numa demonstração insofismável de que procura nortear as

suas ações em sintonia com os verdadeiros anseios populares, dos quais a classe política é o mais legítimo e dinâmico canal de encaminhamento.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PMDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, viajando pelo sul do Pará, ou lendo os jornais, sentimos que o Brasil precisa mudar já, principalmente no que se refere à política fundiária.

Pessoas morrem diariamente na luta pela posse da terra naquele Estado, e é a lei do mais forte que prevalece, aumentando cada vez mais a violência, num ciclo contínuo de derramamento de sangue.

No dia 12 deste mês foram chacinados sem chance de defesa mais duas famílias de trabalhadores rurais no castanhal denominando "Terra Nova", no Município de Xinguara. Morreram os posseiros Joaquim Ribeiro de Souza, Cícero Pereira Cavalcante, João Batista Alves e José Leite Cavalcante, de 16 anos. Foram feridos Raimunda Leite Cavalcante, Adão de tal e Dulcimar Leite Cavalcante de 5 anos. Os assassinos foram 7 pistoleiros comandados por Sebastião da Teresona, que, segundo o Tenente Ramos da Polícia Militar, é gerente do Castanhal Pau Seco, de propriedade do Deputado Estadual do PDS, Aziz Mutran Neto.

Queremos registrar nossa solidariedade ao Deputado Paulo Fonteles, que foi violentamente agredido pelo referido Deputado com acusações vis, quando fez, na Tribuna da Assembléia Legislativa, a denúncia deste crime tão bárbaro.

Sob a Presidência do Dep. Paulo Fonteles, a CPI dos Conflitos Fundiários ouviu o Pe. Ricardo Rezende, Coordenador da Pastoral da Diocese de Conceição do Araguaia, que trouxe um quadro assustador do número de mortos e a constatação do aumento contínuo da violência naquela região.

Já este último fim de semana, houve outro conflito, com três mortes e 1 ferido. Morreram o posseiro Leocádio e os pistoleiros David Gomes Cardoso e Eduardo Firmino Batista, o "Lobisomen", estes a serviço do Castanhal Pau Ferrado, de Eddie Castor.

Este choque armado foi conseqüência do anterior, aumentando o clima de tensão.

Infelizmente, o regime militar não reconhece seu fracasso e teima em permanecer no poder. A solução para o fim destes conflitos é a realização da reforma agrária, comandada por mão firme por um governo democrático que venha a substituir os militares no poder.

Entretanto, neste instante, cabe também ao Governo do Estado do Pará aumentar sua estrutura na Defensoria Pública, no sentido de ter advogados em todos os Municípios para defender os posseiros perante a Justiça, muitas vezes morosa e amiga dos latifundiários.

Faz-se necessário também uma ação mais firme e devidamente acompanhada da Polícia Militar, no sentido de coibir a ação de pistoleiros profissionais que infestam a região.

Os pistoleiros que cometeram a chacina do dia 12 são todos conhecidos e estão em local sabido. Exigimos, portanto, que sejam presos e punidos.

Esta é a nossa manifestação.

O SR. CARNEIRO ARNAUD (PMDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados as secas não sintetizam toda a problemática nordestina, não passando de ocorrências aleatórias — embora da maior gravidade — num contexto crítico, abrangido por várias condições econômicas e sociais, desde a distribuição da terra — de um lado, enormes latifúndios para pequeno número de proprietários, do outro a pulverização dos minifúndios nas mãos dos que alugam seu trabalho — até o incremento às endomigrações, com o despojoamento dos campos e a hipertrofia das cidades.

Não é à toa que o Nordeste ostenta a menor renda per capita do País, a maior mortalidade infantil, a menor es-